

JUSTIÇA EM NÚMEROS

5ª Vara do Trabalho arrecada mais para a Previdência no primeiro semestre de 2007

A 5ª vara do Trabalho de São Luís, que tem como titular o juiz Inácio de Araújo Costa, foi a que mais arrecadou para a Previdência Social no primeiro semestre deste ano. A arrecadação importou em R\$ 1.946.676,74. Em segundo lugar ficou a 1ª Vara do Trabalho de São Luís com R\$ 502.452,82 e, em terceiro, a VT de Imperatriz com uma arrecadação de R\$ 359.655,07. Os dados estão no boletim estatístico da Corregedoria do TRT-MA.

Houve uma inversão quanto à arrecadação de Imposto de Renda. A Vara de Imperatriz, cujo titular é o juiz Érico Serra Cordeiro, arrecadou R\$ 408.685,69, seguida pela 5ª VT com R\$ 193.246,54 e 1ª Vara com R\$ 112.417,22. Os meses de abril e junho registraram o maior volume de arrecadação para a Previdência com R\$ 899.763,26 e R\$ 918.311,58, respectivamente. Para o Imposto de Renda, os meses de janeiro e fevereiro apresentaram a maior arrecadação com R\$ 295.994,35 e R\$ 154.415,76, respectivamente.

Vara Itinerante de Barreirinhas faz 99,99% de acordo

Por Wanda Cunha



99,99% de acordo foi o resultado das 118 audiências realizadas pela Vara do Trabalho Itinerante de Barreirinhas, no período de 24 a 28 de setembro nos municípios de Humberto de Campos e Icatu.

Nos dois primeiros dias de deslocamento (24

e 25), a Vara se instalou no Fórum da Comarca de Humberto de Campos, realizando audiências desse município e do município de Primeira Cruz.

Nos três dias seguintes (26, 27 e 28), a Vara se deslocou para o Fórum da Comarca de Icatu, incluindo em pauta reclamações de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Morros, Axixá e Icatu.

Durante a itinerância, houve o atendimento a partes e advogados, o recebimento de petições, e foi disponibilizado o recebimento de reclamações escritas e a termo.

Das reclamações trabalhistas em pauta, apenas três não foram realizadas, pela ausência dos reclamantes. Só foram feitas duas audiências de instrução: em uma, os autos foram conclusos para julgamento; na outra,

as partes conciliaram.

A juíza titular da VT de Barreirinhas, Noélia Rocha, disse estar satisfeita e realizada com os resultados alcançados. Ao se referir à prestação jurisdicional da vara itinerante, ela citou a frase do seu pai, o saudoso desembargador Manuel Alfredo Rocha: "O juiz tem que estar perto do povo e não encastelado em torres de marfim". A magistrada parabenizou os servidores pelo excelente trabalho.

Noélia Rocha também agradeceu o apoio recebido da Administração do Tribunal Regional do Trabalho, na pessoa de seu presidente, o desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho. Ela estendeu os agradecimentos ao Tribunal de Justiça que lhe cedeu o espaço físico para a realização da itinerância.

Lossa Memória

O termo Justiça do Trabalho tem sua origem na Constituição de 1934. Neste contexto, havia um movimento no sentido de tornar a Justiça Obreira parte integrante do Poder Judiciário, sendo vitoriosa, no entanto, a posição de mantê-la no âmbito administrativo. A Carta Política outorgada em 1937, manteve a previsão relativa à Justiça do Trabalho na esfera administrativa, estabelecendo que seria regulada por lei, tendo sido criada no dia 1º de maio de 1939. A Constituição de 1946 transformou a Justiça do Trabalho em órgão do Poder Judiciário, mantendo a estrutura que tinha como órgão administrativo, inclusive com a representação classista.

E mais....

- TRT faz doação ao Hospital Universitário
- TRT inicia capacitação de servidores na área de Informática
- Corregedora Márcia Andrea Farias faz correição nas 3ª e 4ª Varas do Trabalho de São Luís

EXPEDIENTE

Boletim Institucional do TRT da 16ª Região - Maranhão ANO XIV nº 66 - Out • Nov/2007

Av. Senador Vitorino Freire, 2001 - Areinha - CEP 65010-650 - São Luís - MA
Telefones: (098) 3218-9307 / 3218-9443

E-mail: ascom@trt16.gov.br

Presidente
Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho

Vice-Presidente
Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva

Diretor-Geral
Domingos Carlos dos Santos Neto

Secretário Geral
Júlio César Guimarães

Coordenação
Edvânia Kátia

Edição
Valquíria Santana
Wanda Cunha

Redação
Edvânia Kátia
Wanda Cunha
Suely Cavalcante
Valquíria Santana

Estagiária de Jornalismo
Gabriela Saraiva

Fotos: Romeu Ribeiro

Diagramação: Lucas Mapurunga

Revisão: Wanda Cunha

Fotolito e Impressão
Estação Gráfica - Tel/Fax.: (98) 3236-9177

PARÁGRAFO

ÚNICO

ANO XIV - Nº 66 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO

Questão de Justiça

A efetividade dos direitos sociais na ordem do dia

A chamada Constituição Cidadã ampliou o leque dos direitos sociais, mas ainda é um desafio para a magistratura e para a sociedade garantir a efetividade desses direitos.

Páginas 04 e 05



Editorial

A política de Comunicação do Judiciário

Efetividade da Justiça, Planejamento Estratégico e Gestão da Comunicação. Este é o tema do III Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça, que acontecerá em Vitória, no período de 19 a 21 de novembro deste ano. Realizado com a parceria do Serviço de Comunicação do TRT do Maranhão, o evento reúne anualmente cerca de 300 assessores de todo o país para debater a política de comunicação dos órgãos do Poder Judiciário e Ministério Público. A primeira versão aconteceu em São Luís, em 2000.

Esta será a primeira vez que os profissionais da comunicação e os que atuam no campo do planejamento estratégico terão a oportunidade de discutir uma política conjunta de atuação. O planejamento estratégico começa a ser implantado nos órgãos da Justiça, com destaque para experiências como a do STJ, mas muito ainda precisa ser feito. Na área da comunicação, alguns passos já foram dados. Houve significativa melhora no relacionamento com os profissionais da mídia, mas a comunicação interna ainda é um grande desafio. Juntar, em projeto cujo objetivo seja melhorar o serviço ao cidadão, essas duas áreas é um ideal, que, se der certo, só fortalecerá as organizações.

No TRT do Maranhão, o caminho está sendo trilhado conjuntamente. Com o apoio do presidente do TRT do Maranhão, desembargador Gerson de Oliveira, o Serviço de Comunicação e o Serviço de Planejamento vêm adotando uma política de atuar conjuntamente, e os resultados têm sido os melhores. Entende a atual administração que a comunicação é estratégica nas organizações, devendo participar de suas decisões. Entende também que as atividades devem ser implementadas a partir de políticas conjuntas de planejamento.

PERFIL Realização em dose dupla

Por Gabriela Saraiva
Estagiária de Jornalismo



Lotada no Setor de Arquivo do Serviço de Informação e Documentação do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, Raimunda Nonata Araújo é formada em Biblioteconomia, com especialização em Gestão de Arquivo pela Universidade Federal do Maranhão. Também tem licenciatura em Filosofia pela UFMA. A servidora ingressou no Tribunal em 1995. Motivada pelo que faz na profissão, nunca perdeu o encanto pela atividade que realiza.

Há menos de um mês, Nonata foi uma das servidoras que participou do II Encontro Nacional da Memória da JT, com o Projeto "Gestão de Documentos no Arquivo Permanente do TRT da 16ª Região". O trabalho foi feito pelo Arquivo Geral em parceria com o Centro de Memória e Cultura, com os servidores Paulo Rios, Maria Elisabete Barbosa e a própria Nonata Teixeira.

Além desse projeto, Raimunda Nonata já participou de várias atividades representando a justiça trabalhista do Maranhão, entre eles, o Encontro de Bibliotecários e Documentalistas da Justiça do Trabalho, realizado anualmente; o Congresso de Arquivologia do MERCOSUL e a III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Em todas essas participações, destacou-se com apresentações de trabalhos desenvolvidos na Justiça Trabalhista do Maranhão.

A servidora almeja ainda que o programa de gestão de documentos e a Biblioteca do TRT do Maranhão sejam referências nacionais. Ela entende que além de disponibilizar a informação, essas unidades são essenciais para a consolidação do atendimento na prestação jurisdicional. "Claro que essa conquista não pode ser imediata e, sim, a médio prazo, mas, hoje a realidade do nosso serviço já serve de referência para muitas instituições, porque temos obtido conquistas visíveis", disse.

Segundo a servidora, as atividades que desenvolve na Justiça Trabalhista são pontos de sustentação da sua vida pessoal. Ela diz que quando o servidor trabalha motivado, o resultado é bom para o profissional e para quem recebe aquele serviço. Para ela, a harmonia existente em seu ambiente de trabalho também é um dos fatores para que se sinta realizada.

CONCILIAÇÃO

TRT-MA agenda audiências para Semana Nacional

O TRT-MA participa, de 3 a 8 de dezembro deste ano, da Semana Nacional de Conciliação, que ocorrerá em todos os órgãos do Judiciário do país. Na Justiça do Trabalho no Maranhão, a coordenação do evento está sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Conciliação do TRT, presidida pela corregedora e vice-presidente do Tribunal, desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva.

O Movimento pela Conciliação é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e conta com o apoio de órgãos do Judiciário e entidades como Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entre outras organizações.

As atividades voltadas para a conciliação no âmbito da Justiça do Trabalho no Maranhão estão contempladas no Projeto Conciliar, que integra o Programa Mais Justiça, um dos cinco eixos estratégicos do plano de Gestão do TRT-MA para o biênio de 2007-2009.

SEMANA DO SERVIDOR

TRT lança Banco de Idéias

Por Valquíria Santana

Para valorizar o potencial criativo dos servidores o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT), desembargador Gerson de Oliveira, lançou na abertura da IV Semana do Servidor da Justiça do Trabalho no Maranhão, o Banco de Idéias. As propostas serão recebidas por uma comissão e, depois de analisadas, poderão ser implementadas pela Instituição. A Semana, realizada de 19 a 23 de outubro, também contou com exposições, palestra, oficinas, sessão de cinema e atividades esportivas.

“Com a contribuição de magistrados e servidores, elaboramos o planejamento estratégico deste Tribunal e entendemos que os programas, projetos e propostas só serão implementados com a participação de todos. Recebemos, inicialmente, as sugestões das unidades administrativas e judiciais e, agora, como o Banco de Idéias, é a hora de recebermos também a contribuição individual de todos vocês”.

Gerson de Oliveira - Presidente do TRT-MA





II Oficina de Técnicas de Conciliação

No mês de outubro o TRT-MA, por meio do Laboratório Permanente de Conciliação da Justiça do Trabalho no Maranhão, promoveu a II Oficina de Técnicas de Conciliação para Magistrados, no Centro de Treinamento do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão. No evento esteve presente grande parte dos magistrados trabalhistas de 1º grau, inclusive do interior. Durante a oficina foi feita uma mesa-redonda para troca de experiências e aperfeiçoamento de técnicas conciliatórias.

Novo secretário da Corregedoria

O servidor Antônio José Silva Ferreira é o novo secretário da Corregedoria do TRT-MA. Ele substituiu no cargo a servidora Rosinalva Vasconcelos Coelho, que retornou ao gabinete do desembargador Alcebíades Tavares Dantas, onde estava lotada antes de assumir a secretaria. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão e pós-graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Direito Administrativo e Constitucional e Direito Civil e Processo Civil, Antônio José Ferreira ingressou no TRT no primeiro concurso público para o órgão, em 1989, no ano de criação do Tribunal.



Servidora tem trabalho selecionado para evento nacional

A servidora do TRT-MA, Tânia Castro, teve sua proposta de enunciado "O Vínculo Empregatício do Pastor Evangélico" selecionada para a 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho. O evento será realizado de 21 a 23 de novembro deste ano, em

Brasília, reunindo representantes de vários segmentos envolvidos na prestação jurisdicional deste ramo especializado do Direito.

"O Vínculo Empregatício do Pastor Evangélico" foi o tema da monografia de conclusão do curso de graduação em Direito, no Uniceuma, que a servidora apresentou em 2004. Ela defende que "presentes os elementos formadores da relação de emprego nos trabalhos prestados pelos ministros religiosos em suas respectivas entidades, não há óbice, de ordem jurídica ou vocacional, para o enquadramento desses trabalhadores como autênticos empregados da igreja, nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho"



TRT-MA constitui Comissão de Uniformização de Jurisprudência

Por meio da Resolução Administrativa nº 146/2007, de 19 de setembro, o Tribunal Pleno do TRT-MA constituiu a Comissão de Uniformização de Jurisprudência. A Comissão é composta

pelo desembargador Gerson de Oliveira, presidente do Tribunal, pela vice-presidente e corregedora, desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva e pelo desembargador José Evandro de Souza.

Dia D Solidário

A atuação da Justiça do Trabalho no I Ação Solidária, um grande evento de cidadania realizado pela paróquia Santo Antônio de Pádua do município de Trizidela do Vale, recebeu elogios da comunidade. Participaram do evento o diretor da Secretaria da Vara Trabalhista de Pedreiras, Adão Alves, o oficial de Justiça Diogo Filho e a técnica Judiciária Mônica Sousa, além dos estagiários Jefferson Greiki e Líbia Ribeiro Luz. Eles passaram o dia fazendo o atendimento individualizado à comunidade. As principais dúvidas dos participantes envolveram os temas: salário mínimo hora, descanso semanal remunerado, férias, FGTS, meia jornada de trabalho, trabalho rural, demissão com e sem justa causa, habitualidade e aposentadoria.

Encontro Nacional da Memória da JT

O Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão participou, no início de outubro, do II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, em Campinas (SP), representado pelo servidor Paulo Roberto Rios, lotado no Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho da 16ª Região (Cemoc). No evento, ele apresentou dois projetos: "Memórias e História Oral da Justiça do Trabalho no Maranhão: histórias de vida de servidores e juízes no cotidiano laboral", de sua autoria, e "Gestão de Documentos no Arquivo Permanente do TRT da 16ª Região", de autoria de Raimunda Nonata Araújo, também servidora do TRT-MA, lotada no Setor de Arquivo do Serviço de Informação e Documentação.

Juízo de Execução

O Tribunal Pleno do TRT-MA instituiu o Juízo Auxiliar de Execução, por meio da Resolução Administrativa nº 153/07, de 19 de setembro. O Juízo de Execução desenvolverá ações em conjunto com os juízes titulares das Varas do Trabalho, para agilizar o andamento de processos em fase executória. Dentre as suas atribuições, o juízo poderá sugerir a organização de pautas especiais para conciliação na execução, bem como propor a concentração de processos contra empresas de grande volume de ações em uma mesma vara, com o intuito de proporcionar soluções massivas nos processos pendentes de execução.

MODERNIZAÇÃO

Obras do novo Fórum estão em ritmo acelerado



Por Wanda Cunha

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, desembargador Gerson de Oliveira, fez, em outubro, sua quarta visita às obras da nova sede do Fórum Astolfo Serra (FAS), onde constatou que a fase de estrutura do quarto andar do prédio já está concluída. Conforme a engenheira Priscila Martins, da Cinzel Engenharia Ltda, construtora responsável pela obra, os serviços estão bem

adiantados, considerando-se o prazo de 24 meses, estabelecido no cronograma da licitação. Os serviços estão sendo fiscalizados também pela Comissão de Fiscalização da Obra de Construção do Fórum Astolfo Serra, instituída pela portaria nº 284, de 14 de junho de 2007. O presidente Gerson de Oliveira assinará convênio com a Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão para a fiscali-

zação técnica da construção. Iniciadas em maio deste ano, as obras correspondem a um investimento de R\$ 11 milhões, que resultará em mais comodidade para os usuários da Justiça do Trabalho no Maranhão. O prédio terá capacidade para abrigar 12 varas trabalhistas, num projeto completamente adaptado para portadores de deficiência e pessoas com dificuldade de locomoção.

ESTRUTURA

No térreo haverá três agências bancárias, Central de Informação, Setor de Distribuição, restaurante e Drive Thru, além de banheiros e estacionamento privativo. Na sobreloja ficarão as salas da OAB, dos Oficinas de Justiça e do INSS; a diretoria do Fórum; um arquivo; sala de cálculo e sala multimídia com 128 lugares, além de vestiários e banheiros. Os 1º, 2º e 3º andares terão a mesma estrutura e serão destinados às Varas Trabalhistas que atualmente são

seis, mas com perspectivas desse número ser ampliado. Segundo o projeto, no novo imóvel, serão quatro VT's por pavimento. Cada andar terá quatro secretarias, com banheiros privativos; e, em cada Vara, haverá três gabinetes de juízes, com banheiros privativos; quatro salas de audiência, além de duas salas extras para audiências; quatro salas para assessoria; arquivo; dois banheiros para o público externo e copa. Todos os pavimentos terão confortáveis áreas de espera e um sistema de climatização por meio de split.

A construção do novo Fórum integra as ações estratégicas do plano de gestão 2007-2009, dentro do Projeto Novos Horizontes – Expansão da Justiça do Trabalho no Maranhão. O projeto prevê ainda a construção de cinco-

des-próprias de Varas do Trabalho e instalação de novas VT's nos próximos dois anos. "Nossa meta estratégica é ampliar o número de Varas na capital e no interior do Estado. Além de garantir, no Congresso Nacional,

a criação de Varas Trabalhistas, por meio de aprovação de projeto de lei, é necessário possibilitar condições estruturais para os seus funcionamentos", afirmou Gerson Oliveira.



“Tudo que agride os princípios fundamentais da administração pública é ato de improbidade administrativa. Não precisaríamos de leis de improbidade administrativa se esses princípios fossem cumpridos. Entendo que a Justiça do Trabalho é competente para conhecer de ações de improbidade administrativa contra administradores públicos que contratam trabalhadores irregularmente.”
Procurador do Trabalho Eduardo Varanda



“A CF 88 assegurou ao trabalhador os chamados direitos trabalhistas da 3ª geração, conservando direitos já existentes, ampliando outros e criando novos como a proteção em face da automação, objetivando proteger o trabalhador da redução drástica do emprego humano; seguros contra acidentes de trabalho a cargo do empregador; proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; direito ambiental do trabalho, entre outros. A Constituição Federal de 88 reprime todas as transgressões ao direito fundamental. A nossa constituição é uma constituição de inclusão e não de exclusão. Ela reprime qualquer discriminação.”
Juiz do Trabalho James Magno



“O empregado tem medo de exigir, cobrar o cumprimento do direito uma vez que não tem garantia no emprego. Um fator que contribui para essa situação é a não regulamentação do inciso I do art. 7º da CF, que trata dos direitos sociais. Um dos pontos é a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, que remete para lei complementar a indenização compensatória, dentre outros direitos. Só que a lei nunca existiu e, assim, a multa do art. 477 da CLT acaba preenchendo essa lacuna.”
Advogado Antonio de Jesus Leitão Nunes



“O grande desafio é dar efetividade aos direitos mínimos garantidos e, a DRT-MA, como órgão que atua na fiscalização do trabalho no Estado, fiscaliza todas as denúncias formuladas pelos trabalhadores. Há ações fiscais de maior complexidade como as que envolvem trabalho rural degradante e análogo ao de escravo, assim como o combate aos trabalhos informal e infantil e adoção de medidas para erradicação dessas formas de trabalho.”
Auditora Mônica Damous Duailibe

QUESTÃO DE JUSTIÇA

A efetividade de direitos é desafio para a magistratura

A Constituição Federal de 1988 assegura direitos sociais que garantem o equilíbrio das relações de trabalho. Mas, na prática, muitos direitos ainda são descumpridos, e a Justiça do Trabalho funciona como termômetro para o equilíbrio das relações de trabalho.

É inegável que a Constituição de 1988 trouxe avanços significativos no campo dos direitos sociais. Isso porque direitos que só estavam na lei foram constitucionalizados e passaram a ser considerados uma cláusula pétrea. Em outras palavras, significa dizer que tais direitos não podem ser modificados a qualquer tempo, a menos que seja promulgada emenda constitucional. Entre os avanços, houve ampliação para que todos os trabalhadores rurais tivessem os mesmos direitos já assegurados aos trabalhadores urbanos. Também foram criados novos direitos como adicional de 1/3 de férias, seguro-desemprego, 40% sobre o FGTS, estabilidade à gestante e licença paternidade. Mas ainda há uma distância entre o que é assegurado e o que é efetivamente garantido. Há direitos que mesmo sendo garantidos antes da Constituição, ainda hoje, não correspondem a um direito efetivo. Quantas pessoas ainda trabalham sem carteira assinada ou não recebem, por exemplo, o 13º salário? Para se ter uma idéia, das 19.709 novas ações recebidas em 2007, 14.088 foram relativas às verbas rescisórias, ou seja, direitos básicos que deveriam ser pagos durante a relação de trabalho, mas que terminaram se transformando em processo judicial, porque não foram respeitados. Os dados referem-se a saldo de salário, férias, FGTS, hora extra, 13º salário, aviso prévio e adicional noturno. Para o juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de São Luís, Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes, são vários os fatores que provocam essa baixa efetividade dos direitos: os problemas culturais, resquícios do sistema escravocrata, bem como a falta de proteção contra as despedidas imotivadas e arbitrárias.

Por Edvânia Kátia e Suely Cavalcante

NOVA COMPETÊNCIA

Se a garantia dos direitos básicos – como pagamento de salários, assinatura de CTPS, 13º e férias – ainda é um desafio, o mesmo acontece com a efetivação de direitos decorrentes das relações de trabalho – discriminação, dano moral, acidente de trabalho. Um indicador é que ainda é pequeno o volume de ações, o que demonstra que tanto patrões como empregados ainda desconhecem o assunto.

JUIZES ADEREM À CAMPANHA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

O dia 5 de outubro, data em que a Constituição completou 19 anos, foi marcado no Maranhão pelo lançamento da Campanha pela Efetivação do Direito do Trabalho. O lançamento aconteceu durante seminário realizado no Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, no dia 05, com a participação de magistrados, servidores e da comunidade.

Desencadeada em todo o país pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a campanha recebeu a adesão do TRT, seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público do Trabalho, Escola Superior do Ministério Público e Associação dos Magistrados do Trabalho do Maranhão.

O presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, diz que o Tribunal está incentivando o desenvolvimento da campanha no estado, porque através de iniciativas como essa é possível levar à sociedade uma reflexão sobre a importância da Justiça do Trabalho para o equilíbrio das relações sociais. Disse também que é importante ver a magistratura brasileira preocupada com um tema tão importante como a efetivação dos direitos do trabalho.

O seminário contou com a participação do procurador do Trabalho da 13ª Região, Eduardo Varandas Araruna, que proferiu a palestra “Improbidade administrativa e a competência material da Justiça do Trabalho”. O outro convidado foi o juiz James Magno Araújo Farias, titular da 1ª Vara do Trabalho de São Luís, e



atualmente convocado para o TRT-MA, que ministrou a palestra “Direitos Fundamentais do Trabalhador: dos direitos trabalhistas de primeira à terceira geração”. O advogado Antonio de Jesus Leitão Nunes foi o terceiro convidado. Ele falou sobre “Problemas que contribuem para a não efetivação dos direitos trabalhistas”. Para encerrar o evento, a auditora Fiscal do Trabalho, Mônica Damous Duailibe, ministrou a palestra “A Delegacia Regional do Trabalho e a efetivação do marco regulatório do mercado de trabalho”.